



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

GABRIELA CAVALCANTI LUCENA

**INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES ACERCA
DA FORMAÇÃO E DA PRÁTICA DE EDUCADORAS EM UMA ESCOLA DE
BONITO DE SANTA FÉ- PB**

CAJAZEIRAS - PB
2019

GABRIELA CAVALCANTI LUCENA

**INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES ACERCA
DA FORMAÇÃO E DA PRÁTICA DE EDUCADORAS EM UMA ESCOLA DE
BONITO DE SANTA FÉ- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nozângela Maria Rolim
Dantas

CAJAZEIRAS - PB
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1069
Cajazeiras - Paraíba

L935i Lucena, Gabriela Cavalcanti.
Inclusão escolar na educação infantil: percepções acerca da formação e da prática de educadoras em uma escola de Bonito de Santa Fé - PB / Gabriela Cavalcanti Lucena. - Cajazeiras, 2019.
52f. : il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas.
Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) UFCG/CFP, 2019.

1. Inclusão escolar. 2. Educação infantil. 3. Formação docente. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

UFCG/CFP/BS

CDU - 376

GABRIELA CAVALCANTI LUCENA

**INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES ACERCA
DA FORMAÇÃO E DA PRÁTICA DE EDUCADORAS EM UMA ESCOLA DE
BONITO DE SANTA FÉ- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como parte das exigências para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia, do curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras-PB.

Aprovado em: 17/06/2019

BANCA EXAMINADORA

Nozângela Maria Rolim Dantas
Orientadora: Prof.ª Dr.ª. Nozângela Maria Rolim Dantas (UAE/CFP/UFCG)

Aparecida Carneiro Pires
Examinadora 1: Prof.ª Dr.ª. Aparecida Carneiro Pires (UAE/CFP/UFCG)

Adriana M. de S. Correia
Examinadora 2: Prof.ª. Esp. Adriana Moreira de Souza Correia (UAL/CFP/UFCG)

Lays Regina Batista de Lucena
Examinadora Suplente: Prof.ª Dr.ª. Lays Regina Batista de Lucena (UAE/CFP/UFCG)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, o autor da minha história, a meus pais que não mediram esforços para que eu chegasse até aqui e a toda a minha família pelo incentivo e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o autor da minha história que sempre esteve presente na minha vida, me dando forças para enfrentar os desafios existentes nestes cinco anos de graduação, sendo o meu guia, o meu auxílio e a minha proteção.

A toda a minha família, aquela que é o meu alicerce. Em especial, aos meus pais pelo amor incondicional e por me incentivarem a estudar e me dando todo apoio e ajuda contribuindo diretamente com a minha formação para que esse caminho tão árduo se tornasse mais fácil durante esses anos. Agradeço também ao meu Padrasto que sempre esteve disposto a me ajudar com muito amor e zelo. E aos meus irmãos pelo carinho, compreensão, e pelo grande auxílio durante a graduação.

Agradeço ao meu namorado por ter sido paciente e compreensivo entendendo as minhas ausências e me dando forças, dia após dia, para continuar nessa trajetória.

Agradeço a todos os meus amigos e colegas de curso, em especial a Maria Dayanny, Maria Gracielle, Emanuella as quais foram um presente da graduação, minhas companheiras nesse curso desde o começo, obrigada pelo carinho e ajuda. A minha amiga e dupla Andrêssa Glaucyara, que esteve comigo desde o ingresso do curso, até o final, agradeço-a pelo carinho, incentivo, companheirismo, compreensão, dedicação e ajuda para que eu pudesse concluir mais essa etapa. Vocês são muito importantes para mim.

A Universidade, e aos professores que fizeram passagem durante a graduação, cada um com suas marcas, apoio e incentivos, contribuíram grandiosamente para o meu crescimento e aprendizado na minha formação.

A minha orientadora que me deu suporte na conclusão deste trabalho no pouco tempo que tivemos, pela ajuda nas correções e dicas para melhoria desta pesquisa.

E por fim, sou grata a banca examinadora por terem aceitado o meu convite para participar e contribuir com este trabalho.

*Ser diferente não significa
mais ser o oposto do normal,
mas apenas “ser diferente”.*
(MARQUES, 2007, p. 46)

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre como ocorre a mediação do professor da Educação Infantil ao trabalhar com a inclusão em sua sala de aula e sobre a visão da gestão com relação ao processo inclusivo na escola. Tem como objetivo geral o de analisar como ocorre o processo de inclusão escolar na Educação Infantil, a partir da mediação do professor com os alunos de uma escola municipal da cidade de Bonito de Santa Fé/PB. É uma pesquisa de campo, de natureza básica, com abordagem qualitativa. Para se chegar aos resultados foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas, gravadas com autorização dos sujeitos. Uma entrevista foi realizada com uma gestora e a outra com uma professora de uma escola da rede pública da cidade de Bonito de Santa Fé/PB. Essas entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas. De acordo com os dados analisados, de um modo geral percebe-se que a mediação do professor em sala de aula é de grande importância para que a inclusão aconteça efetivamente. Logo, os conhecimentos básicos do docente sobre a inclusão são essenciais para que o ensino aconteça, como também é necessário que a Secretaria de Educação Municipal e a escola, enquanto instituições, estejam prontamente disponíveis a dar auxílio sempre que solicitado pela comunidade escolar.

Palavras Chave: Inclusão; Formação docente; Educação Infantil;

ABSTRACT

This research reflects on how the mediation of the Infant Education teacher occurs when working with inclusion in his / her classroom and about the management's vision regarding the inclusive process in the school. Its main objective is to analyze how the process of school inclusion in Early Childhood Education occurs, through the mediation of the teacher and the students of a municipal school in the city of Bonito de Santa Fe / PB. It is a field research, of a basic nature, with a qualitative approach. In order to reach the results, two semi-structured interviews were carried out, recorded with the consent of the subjects. An interview was conducted with one manager and the other with a teacher from a public school in the city of Bonito de Santa Fe / PB. These interviews were transcribed and analyzed later. According to the data analyzed, it is generally perceived that teacher mediation in the classroom is of great importance for inclusion to take place effectively. Therefore, the teacher's basic knowledge about inclusion is essential for the teaching to take place, but it is also necessary for the Municipal Education Secretariat and the school as institutions to be readily available to provide assistance whenever requested by the school community.

Keywords: Inclusion; Teacher training; Child education;

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

DI- Deficiência Intelectual

DMU- Deficiências Múltiplas

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NASF- Núcleo de Ampliado de Saúde da Família

PB - Paraíba

PPP- Projeto Político Pedagógico

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA- Transtorno do Espectro Autista

UFCG- Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados sócio demográficos das entrevistadas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 Educação Inclusiva: pensando e repensando a inclusão escolar.....	8
2.1 A importância da Formação Docente	12
2.1.1 Formação Docente e Inclusão.....	16
3 METODOLOGIA.....	18
3.1 Instrumentos de Coleta de Dados	19
3.1.1 Entrevista	19
3.1.2 Observação	21
3.2 Procedimentos Éticos da Pesquisa.....	21
4 ANÁLISE DOS DADOS	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES	38
APÊNDICE A- ROTEIRO - ENTREVISTA COM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	38
APÊNDICE B- ROTEIRO - ENTREVISTA COM DIREÇÃO.	39
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	41
APÊNDICE E - TERMO DE ANUÊNCIA.....	44
APÊNDICE F- TERMO DE COMPROMISSO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS..	45

1 INTRODUÇÃO

Desde criança, sempre gostei da área da inclusão, sempre me chamava atenção, mesmo com poucas discussões sobre o tema nas escolas em que estudei. Na minha época de escola, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, as discussões acerca da inclusão eram poucas, na verdade, mal aconteciam.

Ao ingressar na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no curso de Pedagogia do Campus de Cajazeiras/PB, que embora não fosse o curso que eu queria como primeira opção foi nele que as discussões e reflexões sobre a educação inclusiva começaram a ser ampliadas, bem como o meu interesse pela área da inclusão.

Na universidade, percebe-se que a inclusão em ambientes educativos torna-se de grande importância. Foram as discussões do âmbito acadêmico que me motivaram a tentar entender como esse processo acontece na Educação Infantil, tendo em vista que, é neste momento que a criança tem um maior contato com as “diferenças” e aprende a conviver com estas questões que ajudam no seu desenvolvimento integral.

A partir de debates nas aulas e eventos promovidos no âmbito da UFCG na temática da inclusão, percebe-se a importância desta temática para o processo educacional das crianças, e foi a partir desse entendimento que decidiu-se pesquisar sobre a formação do professor para trabalhar a inclusão. Porém, depois de muitos questionamentos sobre o tema, pensou-se como esse profissional da educação trabalha a inclusão na sala de aula, mais precisamente, na área da Educação Infantil.

Desse modo, a pesquisa surge da necessidade de entender o processo da inclusão na cidade de Bonito de Santa Fé – PB, tendo em vista que a inclusão é de grande importância para entender o sujeito em suas peculiaridades. Além disso, buscou-se rever o sentido desta e compreender se essa inclusão é realmente eficaz ou se as ações atualmente praticadas na escola inclusiva são inadequadas e excludentes.

Portanto, a pesquisa teve como tema a Inclusão Escolar, buscando refletir como ocorre o processo de Inclusão Escolar na Educação Infantil, na cidade de Bonito de Santa Fé – PB, a partir da mediação do professor. Como problema de pesquisa destacamos: de que forma as escolas e professores da Educação Infantil, na cidade de Bonito da Santa Fé- PB, trabalham a inclusão?

Logo, para compreender o problema, foram traçou-se como objetivo geral analisar como acontece o processo de Inclusão Escolar na Educação Infantil, a partir da mediação do professor com os alunos da cidade de Bonito de Santa Fé, e de forma mais específica identificar como

acontece o processo de inclusão na Educação Infantil, bem como compreender a importância da mediação do professor na Educação Infantil relacionado à inclusão.

A justificativa sobre o tema baseia-se na compreensão de que o processo de inclusão nas redes educacionais é de extrema importância, pois é na escola que, na maioria dos casos, as crianças têm o contato com sujeitos de diferentes classes sociais, raças, etnias etc. Logo, esta não pode ser um lugar de preconceito ou de reprodução das diferenças. Assim, torna-se de grande valor investir em pesquisas educacionais que tratem da inclusão, a fim de refletir sobre a efetivação desta nas escolas, entendendo ainda que o processo de inclusão é diferente do processo de integração. Para Marques (2007, p. 47-48) é preciso compreender que:

[...] a inclusão, como princípio alicerçado no dado atual da diversidade, que contempla necessariamente todas as formas possíveis de existência humana, considera-se que ser negro ou branco, ser alto ou baixo, ser deficiente ou não-deficiente, ser homem ou mulher, ser rico ou pobre são algumas das inúmeras possibilidades de ser humano.

Desse modo, torna-se de valor que se compreenda que todos nós somos diferentes, seja deficiente ou não deficiente, homem ou mulher, etc. Como descreve a autora, cada um de nós necessita de vivências e experiências diferentes em determinados momentos para que possamos aprender. Cada um de nós possui identidades diferentes e é necessário que nossas diferenças sejam respeitadas e que possamos ser quem somos, sem preconceitos ou distinções.

Conforme Marques (2007, p. 47) “[...] o que se deve considerar no processo pedagógico é a diferença na totalidade e a totalidade na diferença”. Diante disso, vemos que a escola tem um papel fundamental na formação do sujeito. Por isso, é interessante que esta trabalhe com a inclusão desde a Educação Infantil, preparando estes sujeitos para as séries posteriores. O trabalho deve permitir que estes compreendam as diferenças existentes na sua casa, escola, família e sociedade, para que assim tornem-se sujeitos mais inclusivos e menos preconceituosos, respeitando as suas diferenças e similaridades.

Sendo assim, Skliar (2002, apud MARQUES 2007, p. 48). “[...] É a pedagogia que vive a realidade tal como ela é, em sua diversidade e riqueza.” Assim, percebe-se que a inclusão deve acontecer em todos os âmbitos escolares, entendendo a diversidade existente e compreendendo que à inclusão não está necessariamente relacionada a pessoas com deficiência, mas também a raça, cultura, etnias, classes sociais etc., e o professor precisa estar atento a isso para não perpetuar, mesmo que inconscientemente, práticas exclusivas.

Para os objetivos propostos, foram realizadas como instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas e observações na escola, a fim de, realizar as análises e contribuir

com a importância que se tem do ato educativo, através deste trabalho, e, posteriormente entender o processo de Inclusão Escolar a partir da fala da gestora e de uma professora da Educação Infantil de uma escola municipal da cidade de Bonito de Santa Fé - PB.

Desse modo, para uma maior compreensão da pesquisa, o trabalho foi dividido em capítulos, sendo o primeiro introdutório a partir de uma reflexão sobre a motivação da pesquisadora em compreender o processo de Educação Inclusiva na Educação Infantil, na cidade de Bonito de Santa Fé –PB.

No segundo capítulo destacou-se o referencial teórico que foi dividido em tópicos e subtópicos, a partir de um estudo bibliográfico baseado em leis como a LDB/96, a Lei 12.796/13 que trata da formação dos profissionais da educação, a Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC/SEESP, de 09 de outubro de 2007, o RCNEI (2017) e a BNCC (1988) e obras de autores(as) como: Rozek (2002), Mantoan (2003, 2006), Marques (2006, 2007), Freitas (2006); Ferreira (2006), Salgado (2008) e Galery (2017), dentre outros.

O terceiro capítulo traz considerações da trilha metodológica abordando os sujeitos envolvidos na pesquisa e os instrumentos de coletas de dados a partir da fala da gestora e de uma professora da Educação infantil de uma escola municipal da cidade de Bonito de Santa Fé – PB.

No quarto capítulo, analisou-se os dados das entrevistas semiestruturadas e das observações em sala de aula, como suporte para compreensão da inclusão no ambiente escolar.

2 Educação Inclusiva: pensando e repensando a inclusão escolar

A inclusão escolar é de grande importância, pois é na escola que a maioria das crianças tem contato com pessoas de diferentes culturas, etnias, classes sociais etc. Assim, essa instituição tem a responsabilidade de fazer com que as crianças se tornem sujeitos inclusivos, para que eles não sejam vítimas e também não façam outros sujeitos vítimas de uma sociedade preconceituosa e pouco inclusiva. Precisa levá-los a refletirem mediante o contexto que estão inseridos e a sociedade em que vivem, para que estes cresçam sabendo conviver com as “diferenças”, entendendo que ninguém é igual. De acordo com Mantoan (2006, p. 17)

Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente.

Desse modo, a autora afirma, a partir de seus estudos, que mesmo pertencendo a uma mesma espécie (a espécie humana), cada ser possui peculiaridades e isso é o que os torna seres únicos e essencialmente “diferentes”. As diferenças estão presentes no dia a dia, na vivência cotidiana, é necessário então que, desde a infância, tais questões sejam compreendidas.

Assim, a BNCC (p. 36), ao enfatizar sobre as diferenças, quando trás em um dos campos de experiência da Educação Infantil, o eu, o outro e o nós, afirma que:

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

Logo, a escola sendo uma instituição que acolhe os mais diferentes sujeitos, deve estar atenta às diferenças existentes em seu meio. Desse modo, a sua prática pedagógica deve buscar contemplar a diversidade, pois, sabe-se que ninguém aprende de igual modo, nem da mesma maneira. No entanto, esse respeito às diferenças nem sempre ocorre nas escolas, sejam elas públicas ou privadas. Quando há o reconhecimento das diferenças, o trabalho pedagógico a ser realizado muda de perspectiva e vai influenciar diretamente no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula. Diante disso, torna-se necessário que ocorra a ressignificação de práticas pedagógicas para que elas sejam de fato inclusivas e se pense e se refaça uma educação voltada para a diferença, a partir da perspectiva da equidade.

Sabe-se que, no decorrer da história, as pessoas que eram consideradas com deficiência não tinham direitos, eram vistas como incapazes e viviam de modo isolado, excluídos. Desse modo, Marques (2007, p.44) afirma que:

Os nomeados como diferentes foram, assim, historicamente discriminados. Vítimas da rejeição e/ou da compaixão social, estiveram sempre à margem do convívio com os cidadãos considerados normais, sendo, inclusive, segregados, em muitos casos, em ambientes (instituições) restritivos, como são os casos

dos asilos, escolas especiais, hospitais psiquiátricos etc. Cabia também à escola classificar e selecionar os sujeitos, isolando os que fugiam ao padrão construído socialmente.

Diante do exposto, percebe-se que as pessoas que eram consideradas “diferentes” do padrão social da época, eram rejeitados e viviam isolados ou em instituições restritivas, era na escola, muitas vezes, que classificava os sujeitos que não se encaixavam nesse padrão, como afirma Marques (2007).

Para compreender melhor como deve acontecer o processo de inclusão escolar, se faz necessário a análise de alguns documentos, que embasam muitas políticas públicas brasileiras. O primeiro documento a ser destacado é a Declaração de Salamanca, um documento oriundo de um evento internacional que aconteceu em 07 e 10 de Junho de 1994 na Espanha e institui Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Na sua Estrutura de Ação em Educação Especial, no ponto 3 (s/p) afirma que,

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, s/p).

De acordo com a Declaração de Salamanca, as escolas necessitam acolher todas as crianças, independentemente de sua condição social, física ou de dificuldades de aprendizagem. Desse modo, a escola deve promover uma educação de qualidade a todas as crianças, sem haver nenhuma distinção. Essa Declaração acrescenta ainda que:

O Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos

organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, s/p).

Assim, sabe-se que todas as crianças possuem o seu ritmo de aprendizagem, e, por isso a escola necessita trabalhar com essas crianças de modo que as suas necessidades sejam atendidas e que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de modo efetivo, essa instituição deve portanto, respeitar o seu tempo e as suas necessidades educacionais, buscando construir um currículo escolar aberto à acolher e trabalhar com diferenças existentes nesse contexto e na sociedade/comunidade em que estão inseridas. Do ponto de vista de Galery (2017, p. 37-38) incluir “É repensar o próprio objetivo da educação, deslocando o foco da transmissão do conhecimento que foi acumulado pelo professor para o potencial de aprendizagem que os alunos apresentam.”

Efetivamente, a inclusão parte do princípio que todos que frequentam as instituições escolares aprendam em conjunto. Por isso, torna-se essencial que a escola busque meios de fazer com que as atividades propostas para aprendizagem dos alunos sejam repensadas e que os conhecimentos prévios que eles possuem possam ser levados em consideração. A instituição estaria deixando de lado essa “educação bancária”, que de acordo com Freire (2015) ocorre quando o professor apenas transmite o conhecimento e que o aluno não tem oportunidade de se expressar.

Consoante Freire (2015), as instituições escolares precisam reconhecer o potencial de cada um de seus alunos e aproveitá-los, em busca de uma educação em que todos se ajudem e aprendam em conjunto, havendo interações entre aluno-aluno, aluno-professor, professor-professor, diretor-professor e entre os demais sujeitos que integram o ambiente escolar.

Assim, a Constituição Federal de 1988, estabelece em um de seus objetivos, no seu artigo 3º, Inciso IV o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). No seu Capítulo III, artigo 205, determina que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). E ainda no seu artigo 206, Inciso I propõe a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Em síntese, é perceptível que é papel da escola é o de garantir o acesso e a permanência do aluno na instituição, promovendo a sua educação e barrando qualquer forma de discriminação, pois como afirma a Carta Magna, a educação é um direito de todos.

Desta forma, ao falar sobre educação inclusiva, Galery (2017, p. 38) afirma que:

Em síntese, educação inclusiva é um esforço de todos – estudantes, educadores, gestores, governantes etc. – para garantir a coletividade acesso e permanência em uma escola de qualidade promovendo a equidade e o respeito às diferenças e garantindo que todos os estudantes possam estudar juntos sem sofrer discriminação, independentemente de sua condição.

Nesta perspectiva, para que aconteça realmente a educação inclusiva, é necessário que toda a sociedade esteja disposta a aceitar a inclusão, pois, esta não depende apenas do educador, do gestor, dos estudantes e dos pais, e sim de toda uma sociedade que se comprometa em incluir quando reconhece o outro conforme as suas peculiaridades e respeitam suas ideias, promovendo uma educação pautada no respeito às diferenças e livre de discriminações.

No entanto, para que a inclusão aconteça na escola e principalmente na sala de aula é de extrema importância que os educadores estejam abertos a esse processo e que possuam ao menos alguns dos conhecimentos básicos da educação inclusiva e que se preocupem com a sua formação ao longo da sua prática na docência.

2.1 A importância da Formação Docente

É perceptível que por muito tempo a figura do professor era posta apenas como transmissor de conhecimentos e que detinha o saber. Nesse modelo o educando não tinha oportunidade de argumentar ou de intervir nos diálogos educacionais. Porém, com o passar dos anos, sentiu-se a necessidade de construir uma educação focada na formação de sujeitos críticos, participativos e autônomos e, para isso, seria necessário um ensino que tivesse como centro o aluno e não mais o professor. Assim, foi preciso uma atualização da formação docente, para que eles enxergassem os seus educandos como sujeitos ativos do processo educativo.

Desse modo, Freire (2015, p. 28) afirma que “[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente, sujeito do processo.” O que se observa a partir da afirmação do autor é que o educador pode possibilitar ao educando um maior contato com o objeto a ser estudado e, com isso, abrir novos horizontes de aprendizagem a partir da reflexão de sua prática. Com isso, estará fazendo com que a relação educador-educando seja significativa, deixando de lado a “educação bancária” e proporcionando aos educandos a construção de novos conhecimentos.

Sabendo que os professores são os principais agentes do processo educativo, é necessário que estes estejam realmente abertos para a diversidade existente em sala de aula,

procurando desenvolver as potencialidades dos seus educandos, para a efetivação da prática educativa, ou seja, dando sentido e possibilidades de criação e recriação da aprendizagem discente. Mas, será que os profissionais da educação estão compreendendo e considerando a diversidade em sala de aula? Ou apenas reproduzindo saberes e olhando os educandos como sujeitos igualitários, que aprendem do mesmo modo e ao mesmo tempo? As reflexões de tais questionamentos serão feitas ao longo desse capítulo.

Assim, o RCNEI (p. 32-33) ao tratar da diversidade e da individualidade relata que:

Considerar que as crianças são diferentes entre si, implica propiciar uma educação baseada em condições de aprendizagem que respeitem suas necessidades e ritmos individuais, visando a ampliar e a enriquecer as capacidades de cada criança, considerando-as como pessoas singulares e com características próprias. Individualizar a educação infantil, ao contrário do que se poderia supor, não é marcar e estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural.

Diante disso, fica visível que o papel do professor na sala de aula vai muito além de ministrar conteúdos e sim de perceber e visualizar as diferenças e limites de seus educandos, levando em consideração todas as necessidades que estes possuam para que os mesmos possam se desenvolver educacionalmente, pessoalmente e culturalmente. E, portanto na prática tais percepções são adquiridas ao longo da sua formação docente.

Ao iniciar as discussões referentes à formação de professores, Tardif (2002, p.177) apud Freitas (2006, p.169) entende formação “como processo contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo”. Em outras palavras, formação é a importância que o profissional tem sobre a sua construção profissional, ou seja, é aquilo que ele busca para tornar-se um bom profissional e para melhoria do ato de educar.

Ao referir-se ao novo perfil docente, Ferreira (2006, p. 227) estabelece uma distinção entre a formação inicial e a formação continuada. Assim,

A formação inicial, a meu ver, diz respeito *exclusivamente* à formação institucional oferecida a estudantes que não são professores e portanto, não atuam em escolas ou outra forma de serviço educacional informal. Tal formação é oferecida em diferentes instituições de ensino (universidades, faculdades, institutos superiores de educação, cursos de magistério etc.) e envolve a preparação da futura professora a fim de adquirir conhecimentos e habilidades básicas para a docência, assim como sua certificação legal para

atuar em variados níveis de ensino (educação infantil, ensino básico, ensino médio etc.). [grifos do autor].

Desse modo, a partir da visão de Ferreira (2006) entende-se que a formação inicial ocorre no processo de graduação, no qual é oferecido aos estudantes uma formação para o primeiro contato com a educação enquanto educador, ou seja, aqueles que ainda não atuam em instituições escolares formais ou informais, mas que estão sendo formados para assumir esse cargo.

Já a formação continuada consiste em uma formação para docentes que já atuam no cargo há algum tempo e oferece conteúdos que são necessários a prática educativa, como afirma Ferreira (2006, p. 228)

A expressão “formação continuada de docentes”, por outro lado tem sido usada para se referir a *qualquer* ação de formação de professoras já atuando no campo, isto é, nas escolas e, em particular, nas salas de aula. Usualmente, tais ações de formação são realizadas por instituições de ensino superior (p.ex., em cursos de extensão), secretarias de educação conveniadas com universidades, setores públicos (p.ex., secretarias estaduais e municipais de educação etc.), ONGs (cujas ações são hoje mundialmente frequentes e reconhecidas como relevantes), ou mesmo organizadas por indivíduos ou grupos de profissionais que promovem cursos no setor privado. [Grifos do autor]

Assim, as formações continuadas ocorrem após a formação inicial dos docentes, que acontecem por meio de apresentações de conteúdos complementares ou ações determinadas como indispensáveis à prática educativa ofertadas pelas instituições, secretarias de educação ou por organizações. Diante do exposto, a autora faz algumas reflexões a respeito das formações continuadas, pois, para Ferreira (2006), estas acontecem porque os docentes ainda não foram, no decorrer da sua formação, totalmente qualificados para execução da sua prática educativa, ou porque as experiências que os docentes adquirem na escola ou na sala de aula, não são suficientes para a sua formação, ou ainda porque a sociedade muda constantemente assim as demandas educacionais também mudam com o tempo e os docentes precisariam de um suporte.

A pesquisadora, afirma ainda que esses momentos educativos só aconteceriam de modo eficaz se as formações levassem em consideração a realidade de cada docente e o contexto em que eles estão inseridos e se essas formações fossem específicas de cada unidade escolar.

Assim sendo, é evidente que a formação docente vai além dos conteúdos ministrados em sala de aula ou recebidos durante todo o seu percurso na sua formação inicial ou continuada, mas, que também é composta pelas suas experiências vividas profissionalmente, o que faz com que este saiba lidar com as situações advindas do seu cotidiano.

Sabendo que a sociedade contemporânea está cada vez mais exigente com a qualificação profissional, a formação continuada é tida como um suporte para alguns profissionais que já estão formados a muito tempo e que, além das suas experiências por tempo de formação, consigam promover uma educação de acordo com o tempo e com a sociedade na qual estão inseridos. Por exemplo: hoje temos a tecnologia, um artefato muito importante para a educação atual, porém, existem docentes que, durante a graduação, não tiveram acesso as tecnologias e necessitam de um conhecimento mais abrangente sobre o uso das tecnologias em sala de aula, para que possam promover um ensino mais atualizado sem perder a qualidade. A cada dia, as tecnologias vão se renovando, bem como as práticas educativas, assim, o educador precisa se atualizar sua formação, levando em consideração as mudanças que estão acontecendo na sociedade.

De acordo com Freitas (2006, p. 170)

[...] discutir questões relativas à função social da escola e à importância do seu trabalho, considerar a diversidade e a heterogeneidade dos alunos e a complexidade da prática pedagógica são dimensões essenciais a serem garantidas na formação do professor. Para tanto, cabe aos formadores possibilitar que todo professor aprenda a investigar, sistematizar e produzir conhecimento, por meio de leituras diversificadas, trabalhos escritos, emprego de recursos tecnológicos, análise de materiais didáticos, especialmente livros, vídeos, jogos e brinquedos a serem utilizados com os alunos. A construção progressiva desses procedimentos contribui para o desenvolvimento pessoal, potencializa a atuação pedagógica e favorece um exercício profissional mais autônomo, o que representa uma grande conquista para os futuros professores, e também para os alunos.

Desta forma, é importante que na sua formação inicial, o docente saiba que ensinar não é apenas transmitir os conhecimentos programáticos do livro didático, mas possibilitar a seus educandos criticidade e autonomia discente, no entanto isso só será possível se, na sua formação, ele entender que sua sala de aula não será homogênea, que ele terá que trabalhar com as heterogeneidades, com a diversidade dos seus educandos.

Para que a sua prática pedagógica seja implementada de modo significativo, precisará também ser um educador que possibilite o envolvimento de todos nas atividades propostas. Torna-se ainda necessário que ele seja criativo capaz de levar novas práticas para a sua sala de aula, que se preocupe com a aprendizagem e com a sua função docente de educar a todos.

2.1.1 Formação Docente e Inclusão

Assim, ao iniciar a discussão acerca da inclusão, é necessário compreender como se dá o processo de formação docente para atuar na educação inclusiva que segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva¹

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Portanto, para atuar na educação especial, é necessário que o professor possua conhecimentos que o habilitem a trabalhar a educação especial, pois, só assim ele conseguirá atuar tanto no atendimento educacional especializado (AEE), como na sala de aula “comum”, tendo possibilidades de promover a interdisciplinaridade e a interação de seus educandos.

Para Freitas (2006, p.173)

A formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva, como formação de especialista, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional.

Em síntese, a formação de educadores para o processo de inclusão educacional deve acontecer, durante todo o processo formativo dos docentes, não apenas para especialistas em inclusão e sim para todos os graduandos que estão se formando para atuarem na educação. Isso porque todos devem estar aptos e com formação adequada para atuarem com a inclusão em sala de aula, bem como, fora dela, a fim de fazer com que o processo de inclusão educacional ocorra efetivamente e de modo a reestruturar como se desenvolvem as práticas pedagógicas no ambiente escolar.

Somando-se a isto, somente tendo uma formação para educação inclusiva é que o docente será capaz de realizar um planejamento que seja flexível e que leve em consideração as

¹ MEC/SEESP de 09 de outubro de 2007.

necessidades individuais de cada educando, planejando e executando atividades que promovam uma interação entre seus pares e, assim, facilitando o processo de aprendizagem. Ainda de acordo com Freitas (2006, p. 174), “É fundamental, na formação inicial e, principalmente, na continuada, proporcionar aos professores das escolas regulares os conhecimentos básicos para uma prática inclusiva.” Ou seja, é necessário que nos cursos de graduação possuam alguma disciplina que contemple a educação inclusiva, para que os futuros profissionais dominem ao menos os conhecimentos básicos sobre a inclusão.

Sabendo que o professor é o agente da prática educativa, ele também é responsável pelo processo de exclusão ou de inclusão na sala de aula. Por isso, torna-se de grande importância uma formação voltada para inclusão, pois, se o docente não tem experiências sobre como se trabalha com esse assunto, talvez ele propague a exclusão, mesmo que inconscientemente. Para Salgado (2008, p.62)

Construir e cultivar políticas de inclusão pressupõe planejar novas formas de atuação, com intencionalidade e ousadia, a fim de que os aspectos criativos do trabalho docente possibilitem novas formas de intervenção que garantam a participação de todos em diferentes campos de atuação e em diferentes espaços. Aqui, mais uma vez, o sujeito professor entra em cena, na medida em que planejar é pensar e criar estratégias. O pensar é um ato individual, mas não é solitário. Afinal, não podemos esquecer que ninguém pensa sozinho. Pensar envolve ouvir e ser ouvido pelos outros. É no pensar com o outro e para o outro que o professor pode encontrar as estratégias adequadas a cada tipo de situação e problema enfrentado.

Dessa forma, para promover a inclusão na sala de aula, é preciso levar-se em consideração o planejamento que o docente propõe, ou seja, é imprescindível que este possibilite a participação de todos. O docente, nesse momento, precisa entender que os seres humanos são geneticamente sociais e que necessitam da interação eu-outro, para conseguir constituir-se. É através do contato com o outro que eu me refaço e que aprendo, assim, o docente precisa entender esse processo e buscar fazer com que as suas estratégias pedagógicas aconteçam na interação.

Desse modo, precisa ainda fazer com que o seu planejamento leve em consideração o ritmo de aprendizagem dos seus educandos, pois, só assim conseguirá um planejamento flexível que visa a inclusão e não a exclusão, para que este construa práticas educativas diferentes, com intencionalidade pedagógica e significado para os educandos.

Assim, compartilhando das ideias de Ferreira (2006, p.231)

Espera-se hoje que a professora seja capaz de compreender e praticar o acolhimento a diversidade e esteja aberta a práticas inovadoras na sala de aula.

No novo perfil, a professora deve adquirir conhecimentos sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências etc.) de cada um dos seus estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações.

Portanto, é indispensável que os docentes, em processo de formação, sejam capazes de trabalhar levando em consideração a diversidade e procurem adquirir cada vez mais conhecimentos acerca dos seus educandos, pois, somente assim conseguirão contemplar as suas particularidades na promoção da aprendizagem. Como descrito por Freitas (2006, p. 179) “O necessário compromisso com o sucesso da aprendizagem de todos os alunos exige que o professor (des)considere suas diferenças culturais, sociais e pessoais e, sob hipótese alguma, as reafirme como causa de desigualdade ou exclusão.” Assim, o docente deve levar em consideração as especificidades de seus educandos e em nenhum momento demonstrar atitudes de exclusão ou desigualdade, mas sim, educar para a diversidade.

Outro ponto que merece ser abordado é o papel do gestor para que a Educação Inclusiva aconteça no interior da escola de forma democrática e participativa.

3 METODOLOGIA

A metodologia na pesquisa em educação torna-se de grande importância, pois é nela que temos a oportunidade de definir os procedimentos e métodos que serão desenvolvidos nessa investigação metodológica. Diante disso, este meio é onde se junta as ideias e procedimentos para o desenvolvimento desta organização. Assim, a pesquisa em educação, serve para testar os conhecimentos adquiridos durante todo processo formativo, bem como, para entender esse processo na realidade, a fim de analisar os fatos e contribuir para o ato educativo.

Consoante Lüdke e André (1986, p. 1) afirma que “Para realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e conhecimento teórico acumulado a respeito dele.” Tendo em vista a visão das autoras (1986), para se fazer pesquisa é necessário que, promova-se um conjunto de dados, ações e perspectivas que integrem ao pesquisador um maior conhecimento sobre o aquele conteúdo, ações ou práticas que ele quer se aprofundar, e é a partir da definição da metodologia que o pesquisador tem um maior contato com o seu objeto e objetivo de estudo.

Diante disso, esta pesquisa buscou relatar como acontece o processo de inclusão nos anos iniciais da Educação Infantil, bem como se desenvolve a mediação dos professores nesse processo inclusivo. Esta pesquisa é de natureza básica que segundo Prodanov e Freitas (2013, p.51) “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática

prevista.” Ou seja, busca buscar novos conhecimentos a cerca de um assunto, sem aplicá-la efetivamente, possui abordagem qualitativa, pois, segundo Bogdan e Biklen (1982) apud André e Lüdke (1986) “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.” (p.11). Desse modo, o pesquisador está sempre em contato direto com a sua pesquisa, assim, este estudo procurou identificar como acontece o processo de inclusão escolar na educação infantil e, ainda investigar qual o papel que o docente da Educação Infantil desenvolve na sala de aula. A pesquisa se classifica como um estudo de caso que contou com uma pesquisa bibliográfica subsidiando a pesquisadora no momento da análise de dados.

3.1 Instrumentos de Coleta de Dados

Os instrumentos para a coleta de dados foram organizados da seguinte forma: uma entrevista semiestruturada (gravada com o consentimento dos entrevistados) e observações na sala de aula, com o intuito de analisar como a professora e gestora de uma das unidades escolares de Educação Infantil compreendem a inclusão e como a escola participa desse processo. Os sujeitos da pesquisa foram uma professora da Educação Infantil e uma gestora da escola pesquisada, que fica situada no município de Bonito de Santa Fé/PB.

A escolha pela Educação Infantil, ocorreu por acreditar que é nesta etapa que os educandos mantêm o seu primeiro contato com as pessoas que estão além do ambiente familiar que ela convive até ingressar na escola. Acredita-se ainda que é durante esse processo que a criança aprende a conviver com os outros e a inserí-los no seu convívio, assim, torna-se de grande importância que ela aprenda que todos são diferentes e que, independentemente se sua “diferença” é física, racial, sexual, intelectual ou social, não faz com que estes sejam deixados de lado e invisibilizados.

Assim, é papel primordial do professor tratar essas questões na sala de aula e do diretor em ajudá-lo nesse processo, dando apoio e auxílio quando preciso, bem como, o educador precisa estar ciente de todos os casos de inclusão que devem acontecer no interior do ambiente escolar.

3.1.1 Entrevista

Os roteiro das entrevistas semiestruturadas foram organizados em duas etapas, da seguinte forma: a primeira parte foi composta pelos dados sociodemográficos, os quais buscam

descrever o perfil dos sujeitos entrevistados. A segunda parte consistiu de perguntas relativas ao tema, mediadas pelo pesquisador, que foram gravadas com a permissão dos sujeitos participantes. O processo de entrevista é importante porque possibilita maior abertura para que o entrevistado responda as perguntas se sentido livre para as respostas, assim como nos afirma Lüdke e André (1986, p. 34) “[...] a entrevista semiestruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”.

Em consonância com as autoras, a entrevista semiestruturada oferece uma liberdade maior, tanto para o pesquisador, quanto para entrevistado, pois, garante apenas um esquema como base – um roteiro, mas que a partir das respostas adquiridas o pesquisador tem a autonomia necessária para adaptá-las ao que lhe acha pertinente, permitindo ainda um diálogo entre ambas as partes.

Assim, para realização das entrevistas, foi necessário que a pesquisadora tivesse conhecimento acerca do assunto abordado para poder fazer adaptações ao longo da entrevista. Caso julgasse necessário ou caso notasse que as respostas desviavam da informação que se desejava alcançar com a elaboração das perguntas propostas. O entrevistador busca meios de refazer a pergunta, para que o entrevistado possa fornecer as informações necessárias para a pesquisa. Logo, houve esse cuidado ao longo das duas entrevistas realizadas.

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 38) “Quanto mais preparado estiver ele [entrevistador], quanto mais informado sobre o tema em estudo e o tipo de informante que irá abordar, maior será, certamente, o proveito obtido com a entrevista.” Em outras palavras, quanto mais preparado estiver o pesquisador, melhor será o resultado da sua coleta de dados, por meio da entrevista.

Diante do exposto, a pesquisa teve por base dois roteiros de entrevistas, um para a docente observada na sala de aula, a fim de entender como o processo de inclusão acontece nesse espaço e outro para a gestora, por compreender que também é importante visualizar como esse processo acontece no interior da instituição escolar. Para isso, ninguém melhor para disponibilizar essas informações do que o gestor, tendo em vista que é este que media todo o ambiente escolar.

Assim, na análise de dados optou-se por deixar a fala das entrevistadas em itálico, para diferenciação do texto e melhor compreensão do leitor.

3.1.2 Observação

No que concerne as observações, foram realizadas no ambiente escolar durante três² dias consecutivos, e sendo registradas em um caderno todas as ações que aconteceram naquele dia, buscando entender e compreender os processos ou comportamentos que aconteciam na sala de aula, tanto das crianças, como do educador nos momentos de observações. Do ponto de vista de Lüdke e André (1986, p. 32) “Sempre que possível, é interessante deixar bem distinto, em termos visuais, as informações essencialmente descritivas, as falas, as citações e as observações pessoais do observador.” Assim, torna-se de grande importância que o pesquisador, no ato de suas observações, registre a maior quantidade de dados possíveis, o que facilita a organização dos dados no momento de analisá-los.

As visitas aconteceram no turno da manhã, devido o funcionamento da sala de Educação Infantil ser no turno matutino e a turma observada foi o Pré II, levando em consideração a sua faixa etária que compreende alunos entre quatro e cinco anos.

Observou-se também que as carteiras dos alunos eram organizadas em fileiras e que cada um possuía o seu lugar, porém, eles não se sentavam em lugares fixos, mas, durante o período de observação eles a cada dia sentavam-se em carteiras diferentes. Estas, eram ainda adequadas a faixa etária das crianças.

3.2 Procedimentos Éticos da Pesquisa

Um dos procedimentos éticos da pesquisa adotados neste trabalho foi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).³ Este respalda-se em um documento que garantiu a autorização da escola e dos professores entrevistados para efetuação da pesquisa. Neste, foi explicado que as suas informações pessoais foram mantidas em sigilo e garantido o anonimato de cada sujeito da pesquisa. Além desses cuidados, também foram apresentados no TCLE, que a pesquisa não geraria nenhum lucro, bem como, não haveria malefícios aos participantes e que estes poderiam recusar-se a participar da pesquisa ou parar a entrevista a qualquer momento. Outro procedimento ético foi o termo de anuência⁴ onde foi solicitado uma autorização da escola para a liberação da pesquisa.

² Devido ao pouco tempo para realização da pesquisa e para a análise dos dados e tendo presente a importância da observação para a complementação das análises, optou-se por fazer a observação nesse período de tempo.

³ Apêndice D.

⁴ Apêndice E.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas com autorização dos participantes e depois foram transcritas para análises dos dados. Antes da entrevista, foi explicado aos participantes a importância da sua participação como forma de ter as suas ideias como uma referência nesse processo de construção do conhecimento.

Mais um procedimento ético adotado nesta pesquisa, foi o termo de compromisso e divulgação dos resultados⁵ o qual assegura que os resultados desta pesquisa retorne para a escola e para os entrevistados de forma impressa, para que ambos tenham acesso as informações e dados coletados, para que fiquem ciente das suas contribuições para esta pesquisa.

⁵ Apêndice F.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para verificação da análise de dados, foram realizadas entrevistas com uma Gestora e uma Professora de uma escola da rede municipal da cidade de Bonito de Santa Fé – PB. No primeiro momento foram realizadas perguntas para conhecer o perfil sócio demográfico das entrevistadas, que consiste em: as duas são do gênero feminino, estão com a idade variando entre 26 e 37 anos, uma é solteira e a outra divorciada e as duas trabalham em uma escola pública do município; uma está atuando a 4 meses na instituição escolar e a outra a aproximadamente 4 anos; Para a gestora a renda varia entre um salário de mínimo, que é complementado por uma gratificação, enquanto que a professora declarou que recebe o total bruto de R\$: 4.600,00. Ambas declararam possuir o ensino superior completo, mas só a professora especificou sua formação acadêmica.

Tabela 1: PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DAS ENTREVISTADAS

Participantes	GESTORA	PROFESSORA
Idade	26 anos	37 anos
Estado Civil	Solteira	Divorciada
Gênero	Feminino	Feminino
Renda	Salário mínimo + gratificação	R\$: 4.600,00
Tempo de atuação profissional na instituição	4 meses	4 anos
Escolaridade	Ensino Superior Completo	Pós graduada em Educação Infantil e Coordenação e Supervisão Pedagógica.
Possui deficiência	Não	Sim

Fonte: Autora (2019)

Assim, ao analisarmos o quadro sobre o perfil sócio demográfico das entrevistadas, percebemos que independentemente da idade e do tempo de atuação das entrevistadas na escola, as mesmas entendem sobre inclusão e relatam as dificuldades encontradas para se trabalhar com esse processo na escola. Outro ponto importante a destacar é que a professora possui deficiência tornando mais fácil de se analisar o processo de inclusão a partir da sua própria prática docente.

Diante dos questionamentos feitos a gestora no ato da entrevista semiestruturada, ela afirmou que a escola possui um total de 229 alunos e, destes, apenas 2 alunos têm deficiência e possuem laudo. Um(a) deles(as) foi diagnosticado com Transtorno de Espectro Autista (TEA) e outro(a), segundo ela, possui deficiências múltiplas (DMU), mas a deficiência que se destaca é a deficiência intelectual (D.I).

Vale salientar que a professora entrevistada possui deficiência auditiva que, segundo ela, foi adquirida pelo uso de antibióticos. A mesma também afirmou que desenvolve suas atividades pedagógicas na sala de aula com 19 alunos e dentre eles, 1 possui Transtorno do Espectro Autista (TEA).⁶

Para dar início a análise, optou-se por apresentar primeiro o conceito de inclusão voltado para o ambiente educacional, no intuito de situar o leitor para melhor compreensão do capítulo. Conforme Gallery (2017, p. 37-38)

No ambiente educacional, incluir implica repensar a pedagogia e a didática de modo que todos possam aprender conjuntamente. A educação inclusiva tem como principal propósito ajudar as escolas e educadores a permitir que todos os alunos, em sua diversidade, possam aprender juntos.

Assim, baseado na ideia do autor incluir significa refletir as ações do ambiente escolar, buscando de certo modo, fazer com que todos os educandos aprendam juntos, tirando o foco da figura do professor e colocando o aluno à frente desse processo de ensino-aprendizagem. Para isso é necessário utilizar todos os conhecimentos prévios desses educandos, para que esse processo aconteça de forma significativa.

Tendo presente esses conceitos, questionou-se a professora: “Qual a sua opinião sobre inclusão?” e ela, em seguida, afirmou:

Professora: *É, a inclusão é algo que é muita responsabilidade, da instituição e, tem que ter muita paciência, o professor tem que ser muito paciente, tem que ter alguns conhecimentos sobre a inclusão, a gente também tem que ter apoio tanto da instituição, quanto do município e mais ainda por parte dos pais.*

Assim, observa-se que de acordo com a fala da professora que a inclusão não depende somente da figura do professor, mas, de todos aqueles que fazem parte da instituição escolar, como o município, mais especificamente a Secretaria de Educação, e os pais dos alunos com deficiência. Além disso, a professora também chama atenção para a importância do estudo da

⁶ Logo, subentende-se que esse aluno seja o citado pela gestora.

teoria sobre inclusão ao afirmar que, além da “paciência”, também é necessário “[...] *ter alguns conhecimentos sobre a inclusão*”.

Observando sua atenção voltada para o conhecimento, perguntou-se se ela já havia feito alguma formação na área da inclusão e a mesma respondeu dizendo que já havia participado de quatro seminários da Educação Inclusiva em Cajazeiras - PB.

Desse modo, indagou-se a gestora o que ela entendia por inclusão e ela respondeu:

Gestora: *Inclusão? Ai que bonito. Ah, inclusão é inserir o aluno que tem certas limitações; é... Inserir ele no contexto onde todas as outras crianças estão aprendendo e ele também vai se desenvolver assim como os outros, é buscar formas de trazer essa criança que está de certa forma excluída, a vir trabalhar assim como os outros [...].*

Sob o mesmo ponto de vista percebe-se que as ideias da gestora, de certo modo, condizem com as ideias de Gallery (2017), pois, ela afirma que é preciso inserir esses educandos em um mesmo contexto de ensino, para que assim, consiga obter dentro de suas limitações o desenvolvimento esperado. Para a educadora, os educandos aprendem juntos, a partir da mediação da escola ao buscar outras formas de se trabalhar com os seus alunos de forma efetiva.

Por conseguinte, Freitas (2006, p.167), afirma que,

O princípio fundamental da escola ou do ensino inclusivo é que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos – independentemente de suas dificuldades ou talentos, deficiências, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, nas quais todas as necessidades são satisfeitas.

É preciso então, que a escola inclusiva visualize as necessidades dos educandos que frequentam a instituição, a fim de que, juntamente com todos que fazem parte da equipe escolar busquem maneiras de suprir as necessidades desses educandos, sejam elas, deficiências, dificuldade de aprendizagem, origem socioeconômica, ou qualquer outra necessidade que estes possuam, fazendo-os quererem estar presente na instituição e despertando o gosto pela aprendizagem, bem como, incentivando o respeito e a coletividade entre ambos.

Para Mantoan (2003, p.12) a inclusão escolar vem romper com antigos paradigmas e questiona a maneira de tratar e trabalhar com os alunos nos seus diferente níveis de ensino, porque:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é

uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Perguntou-se então a professora: De que forma você trabalha com o processo de inclusão na sua sala de aula? e ela relatou:

Professora: *É assim, eu procuro incluir o máximo, é eu procuro entender o limite da criança, procuro incluir ele em todas as atividades, né? Eu pesquiso material, faço um trabalho individual com ele e incluo ele nas atividades de acordo com o limite dele, principalmente nas atividades de movimento, em momentos de interação, eu sempre procuro incluir ele ao máximo, respeitando o limite dele.*

Percebe-se então, que na sua fala, a professora afirma que respeita os limites do(s) seu(s) educando(s), buscando incluir os alunos com deficiência em todas as atividades realizadas em sala de aula. Essa atitude da professora foi observada na sala de aula, quando estava no período de observação. Nesse dia a professora elaborou e aplicou a mesma atividade para todos os alunos, na tentativa de entrosar o aluno com TEA com os demais, tentou motivar este aluno a desenvolver a mesma atividade aplicada com os outros. Ela se dirigiu a sua carteira e solicitou que ele fizesse a mesma atividade que os outros alunos, porém, sem sucesso. Desse modo, ela respeitou a sua vontade e o levou para a sua mesa, pegou uma pasta que continha números do 0 ao 9, alfabeto, partes do corpo entre outros, todos os conteúdos eram ilustrados, então, ela começou a ler juntamente com ele e fazer com que ele repetisse o que ela estava mostrando. Portanto, visualiza-se que a mesma tenta de acordo com as suas limitações incluir esse aluno, nas atividades.

Diante da postura da professora, observa-se que:

[...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. É muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos. (MANTOAN, 2003, p. 12).

Na entrevista com a gestora, a mesma informou que está apenas a quatro meses assumindo o cargo de direção da escola. E ao ser perguntar na entrevista o que ela tinha proposto para que o processo de inclusão acontecesse na escola, quais as atividades que tinham sido realizadas nesse período de tempo, ela deu a seguinte resposta:

Gestora: [...] trabalhamos o dia do autismo, então a gente pediu a participação até da equipe do NASF, para propor atividades onde possa fazer com que essa criança brinque assim, como as outras, brinque assim é faça o seu, é aprenda brincando né? Que foi proposto até uma...um circuito onde o autista poderia também... pra ver se o autista conseguiria fazer as mesmas atividades que os outros colegas já faziam, então, foi bem bacana, foi feito palestras em torno, só que assim, tivemos poucos eventos até o momento, então não pudemos fazer muita coisa a esse respeito, e outra coisa, a gente tem um autista aqui só que ainda não estamos com laudo em mãos, aí a gente está esperando esse laudo pra pedir uma, uma ajuda a escola, por que só os professores não podem, não tem como desenvolver todo esse trabalho de inclusão sozinhos, por que ele precisa de um ajudante pra facilitar esse serviço.

Então, ao analisar a fala da gestora, observa-se que a instituição escolar ao trabalhar o dia do autismo, propôs uma atividade fora da sala de aula que reuniu todas as crianças em um momento de interação, buscou-se fazer algo diferente do dia a dia escolar, empenhando-se em trabalhar a coletividade e o respeito a todos, bem como, o desenvolvimento de cada educando dentro de suas limitações. Um ponto importante a destacar nessa fala, é que a mesma entende que o professor não pode trabalhar sozinho, mas, que precisa de ajuda para que esse processo se torne mais fácil.

Questionou-se a gestora se o processo de inclusão acontece de forma efetiva na escola e na sala de aula e ela respondeu: “[...] Acho que não, como deveria acontecer não. Há necessidade de que acontecesse, mas, as vezes as professoras até tentam... mas, não vai, não flui. Porque sem ajuda, [...] de um cuidador, [...] eu acho que falta até conhecimento na área.”

Assim, percebe-se que mesmo a escola trabalhando com o dia do autismo, a gestora afirma que esse processo não acontece de forma efetiva, ou seja, a inclusão não acontece no dia a dia escolar, mas sim, apenas em alguns dias específicos como foi o caso do “Dia do autismo”.

Diante disso, a escola não pode limitar-se somente apenas aos dias do ano voltados para as pessoas com deficiência. É sabido que o processo de conscientização e de inclusão da pessoa com deficiência acontece todos os dias, devido ao aluno estar convivendo e participando das atividades escolares. Assim, Mantoan (2003, p.29) relata que,

As condições de que dispomos, hoje, para trans-formar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois o que se pretende é que as diferenças se articulem e se componham e que os talentos de cada um sobressaiam.

Logo, para que aconteça a transformação da escola e que esta seja efetivamente uma escola inclusiva, precisa-se romper com vários paradigmas de exclusão existentes na instituição escolar, como o preconceito e a forma “bancária” de ensinar e aprender. Assim, como é

importante que todos os alunos aprendam juntos, também é significativo que todos os que participam ativamente da escola trabalhem em coletividade, pois, somente desta forma será possível transformar a escola, para que esta não trabalhe a inclusão apenas em dias específicos, mas, no seu cotidiano escolar. A inclusão acontece quando a instituição escolar reconhece a peculiaridade, necessidades e capacidade de cada um dos seus educandos. Para que isso aconteça é de extrema importância que todos trabalhem em coletividade, sem práticas de competição ou exclusão no ambiente escolar.

Ao ser indagado a professora sobre a importância e os desafios de se trabalhar com a inclusão na Educação Infantil, ela informou que:

Professora: *É muito importante por que a gente vê que a criança aprende, por mais difícil que você veja, que é, mas você sente, você vê que ela consegue aprender... então a importância é isso, porque toda criança necessita de aprender. E quando você começa a lecionar com uma criança que tem deficiência você vê que ela consegue aprender e você vê que ela quer também. Agora os desafios é o apoio, é o material que as instituições não fornecem. O apoio e o material que o município também não fornece para as instituições e a formação continuada que nós não temos.*

Refletindo sobre a fala da professora, observamos que para ela a importância de uma educação inclusiva é a de perceber que mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo educador para realizar esse processo de inclusão, o aprendizado dele é primordial e que é gratificante para professora perceber que o estudante com deficiência quer aprender e que ele consegue aprender.

No segundo dia de observação, a professora tentou trabalhar com o aluno com TEA, para que ele riscasse no quadro, no intuito talvez, de trabalhar com a sua coordenação motora. Porém, ele não correspondeu e ela novamente respeitou o seu espaço. Em seguida, sem nenhum estímulo, o mesmo foi até a mesa da professora sentou-se, pegou a pasta que ela trabalhou com ele no primeiro dia de observação e sozinho começou a contar e a ler. Percebeu-se, em sua expressão facial o quanto ela ficou feliz em ver aquela cena; em perceber o quão importante e significativo estava sendo o seu trabalho com aquele aluno.

Nesta mesma perspectiva, questionou-se então a gestora quais as facilidades e desafios encontrados pela escola para se trabalhar a inclusão? E ela enfatizou que:

Gestora: *Os desafios é a estrutura, é a falta de funcionários adequada. Então, os problemas são os laudos que a gente não tem para solicitar ajuda e digo isso, ajuda de material e ajuda de pessoas física mesmo para ajudar; não temos o apoio da família e não temos a capacitação devida aos professores. [...].*

Observa-se na fala da gestora que os desafios encontrados pela escola, são: falta de estrutura, funcionários adequados, falta de laudos para conseguir ajuda do município, bem como a falta de apoio da família. E acrescenta-se como um ponto primordial na fala tanto da gestora como da professora é a falta de capacitação e formação continuada dos docentes.

Sabendo-se que a escola e a sociedade estão em constantes mudanças, a formação do professor é um fator primordial para que este acompanhe as transformações educacionais e aconteça de fato a aprendizagem dos alunos. Desse modo, é necessário que os professores sejam capacitados para atuar em qualquer área educativa, tendo noções de como lidar com todas as situações existentes no seu cotidiano profissional.

Assim, compreende-se que proporcionar uma capacitação aos funcionários escolares bem como, aos professores que estão diretamente ligados a educação é de extrema importância, pois, conforme preconiza a LDB/96 em seu artigo 59,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Mediante o exposto, é notório que se precisa de profissionais capacitados para trabalhar com a inclusão, seja para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou nas classes de ensino regulares, por entender que o professor necessita de capacitação para se trabalhar com inclusão, para que este não exclua os seus alunos. Mas, faz-se necessário que o docente procure novas formas de trabalhar com seus educandos de modo mais significativo e não excludente, com planejamentos flexíveis e que levem em consideração as especificidades de seus educandos no intuito de construir e realizar práticas educativas com intencionalidade pedagógica, alcançando assim, o processo de ensino - aprendizagem de forma efetiva.

Desse modo, conforme Mantoan (2006, p.199) a educação precisa se atualizar constantemente

[...] para que os professores aperfeiçoem suas práticas e as escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e reestruturação de suas condições atuais a fim de responder às necessidades de cada um de seus alunos, em suas especificidades, sem cair nas malhas da educação especial e suas modalidades de exclusão.

Por conseguinte, é necessário que a escola como um todo esteja atualizada com as informações e práticas que surgem ao longo do tempo, a fim, de propor um ensino de qualidade

para os seus educandos, sem práticas segregacionistas ou excludentes, buscando, levar em consideração as especificidades e necessidades de seus alunos.

A gestora foi questionado ainda, se o processo de inclusão é contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, de que forma? No PPP tem alguma coisa que fale da inclusão, é contemplado? E a gestora relatou que:

Gestora: *Pelo conhecimento que tenho sobre o nosso PPP ele está desatualizado e precisa ser inserido certas coisas com relação a inclusão, então, se contempla, contempla de forma bem restrita, há uma necessidade de reformulação do nosso PPP, então, é a deficiência da escola que a gente vai procurar fazer isso.*

O PPP da escola é um dos documentos mais importantes da instituição, pois é nele que consta todas as propostas educacionais que a escola deve trabalhar, bem como, leva em consideração a realidade socioeconômica, tanto da escola como a dos alunos, devendo estar sempre atualizado para que ocorra um melhor desempenho de todo o processo educativo. A escola observada é da rede municipal de ensino, então, questioneei a gestora se: A Secretaria de Educação do Município oferece algum suporte para escola na perspectiva da Educação Inclusiva? E indagou-se a professora se a Secretaria de Educação oferece algum suporte para os alunos com necessidades educacionais específicas. Elas afirmaram que:

Gestora: *[...] elas cobram os laudos para ai poder ajudar, como a gente tem dificuldades nos laudos, ai fica essa dificuldade, de... dela ajudar, porque ela só vai ajudar, a partir do momento que eu levar o laudo constando que o aluno tem certa deficiência, como eu não tenho o laudo, ai ela não tem como me ajudar, a secretaria.*

Professora: *A secretaria de educação do município de Bonito de Santa Fé, é... por parte da secretaria a gente não tem nenhum suporte, certo? A gente nunca... eu mesma nunca recebi nenhuma formação, a gente tem algum suporte assim, ajuda do pessoal da instituição, mas, pouquíssimas, esporádicas.*

Desse modo, percebe-se que ainda existem diversos impasses para que a Educação Inclusiva aconteça no interior da instituição escolar, como por exemplo: professores sem a devida capacitação, falta de laudos, falta de suporte de órgãos competentes, falta de estrutura física da escola, falta de referência do processo inclusivo no PPP, entre outros aspectos que auxiliem a educação do aluno com deficiência.

Observa-se pela fala da professora que o apoio da Secretaria de Educação seria muito importante para o desenvolvimento de suas atividades junto ao aluno com deficiência, mas isso

não acontece. Logo, fragiliza a realização de seu trabalho e prejudica o desenvolvimento do estudante no trato com as diferenças dentro da sala de aula.

Conforme Mantoan (2006, p.207):

O essencial, em nossa opinião, é que todos os investimentos atuais e futuros da educação brasileira não repitam o passado, vindo a reconhecer e valorizar as diferenças. Temos de ter sempre presente que o nosso problema se concentra em tudo o que torna nossas escolas injustas, discriminadoras e excludentes, e que, sem solucioná-lo, não conseguiremos o nível de qualidade de ensino escolar exigido para se ter uma escola mais que especial, **na qual os alunos tenham o direito de ser (alunos), sendo diferentes.** [Grifos da autora]

Assim, não basta só que falemos sobre a inclusão, mas que se busquem formas, para que realmente aconteça esse processo no ambiente educacional, de modo que a inclusão comece de forma concreta na escola, pois é lá que começamos a nos formar e ver o mundo com outros olhos; onde começamos a aprender que somos diferentes e que precisamos respeitar os limites uns dos outros, deixando que eles sejam, quem são. Pois, segundo Mantoan, (2006) a inclusão é legitimada na escola ao propor e dar acesso ao conhecimento, conferindo oportunidades de ser e viver dignamente a muitos alunos.

A professora ao ser questionada sobre quais os pontos a melhorar na educação inclusiva respondeu que:

Professora: *Bom, em termo de instituição, uma formação né? Para o profissional é... sobre a inclusão né e termo de profissionais de apoio eles também deveriam passar por uma formação né? Porque a ajuda o professor, a inclusão não é só na sala de aula, é na instituição como um todo, é ás vezes tem um professor de apoio mas ele não entende de inclusão e ele acha que só o professor tem que ficar com o aluno, né, com a deficiência na sala de aula e que não pode deixar o aluno sair da sala, no caso, o aluno autista , a gente tem que deixar ele sair, tem que respeitar o limite dele, todo mundo tem que entender a necessidade dele, então eu acho que precisa os profissionais da instituição passar por uma formação adequada também, não só o professor né? Como também o uso de materiais didáticos que a gente não tem.*

Ao analisar a fala da professora, percebe-se que ela novamente toca na formação profissional, porém, não mais só do professor, e sim, de todos os profissionais que estão ali, fazendo parte daquela instituição, para que todos comecem a entender a importância da inclusão na escola e fora dela.

Em uma conversa informal, em um dos dias do período de observação, a professora relatou que ela recebe uma rotina para se trabalhar com as crianças, como por exemplo “o dia do fantoche”. No entanto, ela afirmou ser difícil devido escola não dispor desses materiais.

Relatou também, que por trabalhar em escola pública, não tem condições de retirar dinheiro do seu próprio bolso para realizar essas atividades propostas, ou seja, a Secretaria de Educação propõe uma atividade, mas não reflete sobre as condições de realização da escola, demonstrando desconhecimento de sua realidade.

Ao se questionar a professora quais os fatores que facilitam e dificultam o processo de inclusão na sala de aula e ela relatou que:

Professora: *Os fatores que facilitam é você trabalhar primeiro as crianças que não tem deficiência, para que eles é... ajude também o outro, saiba ajudar, entenda, compreenda que a criança precisa também do apoio deles. E o que dificulta é quando se tem algum preconceito, alguma discriminação, quando a gente não tem...a falta do apoio do pessoal da escola, é isso que dificulta mais.*

Assim, ao analisar esta fala, é visível que a ajuda dos outros educandos, os quais ela nomeia como os “que não tem deficiência”, também é importante nesse processo inclusivo.

Durante o período das observações em sala de aula, percebeu-se que as crianças daquela sala compreendiam que existia um aluno com necessidades especiais, bem como, entendiam também a dificuldade da professora, que contava muitas vezes com a ajuda das outras crianças para abrir uma porta, quando a mesma não ouvia o batido. É importante destacar que algumas vezes, a docente precisou da ajuda de uma outra professora do mais alfabetização⁷, quando não conseguia ouvir/entender e nem fazer a leitura labial da fala das crianças.

Então, para finalizar a entrevista, a última pergunta para ambas foi: Como você percebe a mediação do professor para que aconteça o ensino inclusivo na educação infantil? E elas responderam que:

Gestora: *Eu acho que o professor, tem que trabalhar atividades é... primeiramente ele tem que ver, né? Estudar bastante, como é que esse aluno... o que é que ele gosta mais, na questão de aprendizagem, como é que ele vai aprender, então a partir do que ele gosta, por que a gente sabe que tem que ter isso né? As atividades que ele faz, que ele gosta, vai facilitar a aprendizagem dele, então ele tem que trabalhar atividades onde esse aluno queira estudar, por que a maioria não quer e trabalhar em cima é, atividades lúdicas a partir do que ele gosta de fazer, entendeu?! Só que essas atividades tragam um desenvolvimento para esse aluno, que ele aprenda e que não seja só uma brincadeira para ele.*

Professora: *É conversando, a gente tem que conversar com as outras crianças explicar o probleminha do aluno para eles, falar que eles têm que*

⁷ Que segundo a gestora fica na sala todos os dias da semana, por uma adaptação da própria escola, tendo em vista que além do aluno com TEA, a professora possui deficiência auditiva.

compreender; que ele tem que ajudar para que o coleguinha também consiga aprender da forma que eles precisam, então, a gente tem que mediar dessa forma, mediar primeiro as crianças, fazer a mediação da criança e a criança normal, ditos normais e a criança com deficiência. Primeiro a gente tem que fazer essa mediação, mostrar, explicar como é que funciona, que tem que ajudar o outro para que ele consiga aprender, falar que as crianças aprendem de diferentes formas e ele tem uma forma própria de aprender, diferente da delas, certo? Totalmente diferente, eu sei que cada criança tem uma forma diferente de aprender, mas, a criança que tem alguma deficiência ela tem uma, um desenvolvimento próprio né?!.

Com base na fala da professora, observa-se que a mesma propõe que é necessário trabalhar primeiro com as crianças, explicando a elas as necessidades do aluno, o porque ele age de tal maneira, que estes precisam ajudar o professor para que não perpetuem dentro da sala de aula práticas excludentes.

Assim, de acordo com as ideias da gestora, percebe-se que para ela o professor deve estar sempre aberto para realizar atividades significativas que promovam uma maior interação destes, pois, sabemos que a criança só aprende aquilo que tem significado para ela, assim, o educador precisa propor exercícios que estimulem esses educandos, estando sempre atento a novas técnicas, a desejos, a realidade em que encontram seus alunos, para que desperte o interesse destes a participar ativamente das atividades propostas.

Conforme Freire, (2015, p.67) “A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo.” Ou seja, enquanto o docente ainda trabalhar na sua sala de aula com um ensino “bancário” que não instigue os seus alunos, não estará acontecendo a aprendizagem de fato, pois, o que ocorrerá é uma mecanização de conteúdos que não terá significado nenhum para os seus educandos, que conseqüentemente, não sentirão vontade e nem desejo de aprender, principalmente quando se lida com crianças, pois, sabemos que é preciso motivá-las para que elas participem ativamente desse processo.

Sendo assim, para Freire, (2015, p. 68, grifo do autor) “Aprender para nós é *construir, reconstruir, constatar para mudar.*” Sob o mesmo ponto de vista de Freire, aprender é inovar e o educador é essa ponte que liga o aluno ao aprendizado, quando pesquisa, quando planeja e quando realiza uma aula que busca novas técnicas e metodologias de ensino, para fugir do “tradicionalismo”, realizando mudanças significativas no ato de educar, despertando o desejo e a curiosidade de seus educandos, aprendendo a trabalhar com cada necessidade educativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão no ambiente educacional, torna-se de grande importância, pois, é a partir dela que se começa a visualizar as diferenças e os limites de cada sujeito que frequenta o ambiente escolar. É, a partir da inserção da inclusão na escola, que se compreende o outro como sujeito ativo desse processo. Junto a isso, também é indispensável a mediação do professor na sala de aula ao se trabalhar a inclusão, para promover um ensino para a diversidade, que contemple de forma significativa as “diferenças” existentes na sua sala de aula, a fim de propor um ensino inclusivo.

Desse modo, percebemos com esta pesquisa que a professora entrevistada e observada na sala de aula, trabalha com a inclusão no seu dia a dia, pois, além da mesma possuir deficiência auditiva, trabalha com 19 alunos e dentre eles um aluno com TEA. Percebe-se ainda que a mesma respeita os limites dos seus educandos, realizando as atividades com base nas capacidades e diversidades educacionais existentes na sua sala de aula.

Com base nas informações destacadas, conclui-se que, ainda existem diversos fatores que dificultam o processo de inclusão educacional, como por exemplo: falta de capacitação dos professores e funcionários das instituições escolares, falta de apoio dos órgãos competentes, falta de recursos e de materiais didáticos para este fim. Percebe-se também que a escola pesquisada ainda se limita a trabalhar a inclusão em dias determinados, não acontecendo efetivamente no dia a dia da escola.

Assim, de modo geral, fica evidente que é necessário a mediação do professor para que a educação e o ensino inclusivo aconteçam na sala de aula, pois, esse profissional precisa esforçar-se para que não se realize a exclusão nesse ambiente. Para tanto, faz-se necessário que o professor proponha atividades que levem em consideração as necessidades de cada educando, respeitando o seu limite, buscando práticas inovadoras e interessantes para que não fixe apenas em conteúdos programáticos, ou limitando-se ao livro didático.

Contudo, precisa-se também que o professor faça uso da sua criatividade na realização das atividades de modo que sejam significativas para si e para os seus educandos. Mas, que esse professor também tenha apoio dos órgãos responsáveis pelo processo educacional do município, como a Secretaria de Educação, além da sua valorização profissional.

Finalmente, compreende-se que a escola inclusiva ainda precisa fugir do tradicionalismo” e buscar trabalhar com a inclusão todos os dias, a fim de que todos que participam da instituição escolar, entendam e vivenciem esse processo no seu cotidiano. Logo, percebe-se ainda que a inclusão na sala de aula é difícil, mas, não impossível. Quando se

tem um educador disposto a mudar e a recriar novas possibilidades para que seus educandos aprendam, que faça isso, não por obrigação, mas, por entender que “TODOS” têm direito a uma educação de qualidade, que vise e respeite as suas “diferenças” sem discriminação ou preconceitos, que visualize suas limitações e suas singularidades.

A pesquisa demonstra a necessidade de complementar as investigações em um segundo momento, pois sabe-se que o período de três dias é insuficiente para encontrar respostas a todas as nossas problematizações, no sentido de intervir para transformar o ambiente escolar, a fim de que se proponha um ensino inclusivo de qualidade nas escolas de Bonito de Santa Fé- PB.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 de maio de 2019.

_____. **LEI Nº 12.796**, DE 4 DE ABRIL DE 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 18 Jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é Base**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 24 jun. 2019

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Introdução**. Vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em 24 jun. 2019

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em 30 Nov. 2018. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. MEC/SEESP.

FERREIRA, Windyz B. Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 211-238.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo processo. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 161-181.

GALERY, Augusto. O que é (e o que não é) inclusão. In: PINTO, Andréia; GALERY, Augusto (Org.); AMARO, DEIGLES GIACOMELLI, et al. **A escola para todos e para cada um**. São Paulo: Summus, 2017.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 183-209.

_____. Maria Tereza Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MONTOAN, Maria Tereza Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim. (Org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006. p.15-30.

_____. Maria Thereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar). Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-TeresaEgl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

MARQUES, Luciana Pacheco. As diferenças na educação. **Revista de Educação do Coegeme**. ano 16, n.30, jun. /2007. p.43-50.

_____. Luciana Pacheco. Implicações da inclusão no processo pedagógico. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG**, 31 (v.2): 197-208, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1255/1285>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Nova Iorque: ONU, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Emani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 24 de Jun. de 2019.

ROZEK, Marlene. **A Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Encontro Nacional de Didática e prática de Ensino. 2012. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2412d.pdf. Acesso em: 18 Jul. 2018.

SALGADO, Simone da Silva. Inclusão e Processos de Formação. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira (orgs.). **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.59- 68.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO - ENTREVISTA COM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

- 1- Dados sócio-demográficos:
 - a. Idade:
 - b. Gênero:
 - c. Estado civil:
 - d. Renda:
 - e. Quanto tempo trabalha na educação infantil nessa escola:
 - f. Possui alguma deficiência? Qual?
 - g. Como você adquiriu?
 - h. Escolaridade:
 - i. Com quantos alunos você trabalha?
 - j. Destes quantos tem deficiência e quais?
- 2- Por que você escolheu a sua profissão?
- 3- Qual a sua opinião sobre a inclusão?
- 4- Você já fez alguma formação na área da inclusão? De quantas horas?
- 5- A secretaria da Educação oferece algum suporte para os alunos com necessidades educativas especiais?
- 6- Na sua opinião, quais os pontos a melhorar na educação inclusiva?
- 7- De que forma você trabalha com o processo de inclusão na sua sala de aula?
- 8- Para você, qual a importância e os desafios de se trabalhar com a inclusão na educação infantil?
- 9- Quais são os fatores que facilitam o processo de inclusão na sala de aula?
- 10- Quais são os fatores dificultam o processo de inclusão na sala de aula?
- 11 – Como você percebe a mediação do professor para que aconteça o ensino inclusivo na educação infantil?

APÊNDICE B- ROTEIRO - ENTREVISTA COM DIREÇÃO.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Dados sócio-demográficos:

- a. Idade:
 - b. Gênero:
 - c. Estado civil:
 - d. Renda:
 - e. Quanto tempo você trabalha nessa escola:
 - f. Escolaridade:
 - g. Quantos alunos têm a escola?
 - h. Destes quantos tem deficiência e quais?
- 1- Você tem alguma experiência na área da docência?
 - 2- Quanto tempo exerce o cargo de diretor/a da instituição?
 - 3- O que você entende por inclusão?
 - 4- Durante o tempo que você exerce a função de diretor/a dessa instituição o que você propôs para que o processo de inclusão na escola aconteça? Quais atividades?
 - 5- Na sua opinião o processo de inclusão acontece de forma efetiva na escola e na sala de aula? Se sim, de que forma acontece?
 - 6- Quais facilidades encontrados pela escola para trabalhar o processo de-inclusão?
 - 7- Quais os desafios encontrados pela escola para trabalhar o processo de-inclusão?
 - 8- O processo de inclusão é contemplado no Projeto Político Pedagógico da escola, de que forma?
 - 9- A Secretaria de Educação do Município oferece algum suporte para escola na perspectiva da Educação Inclusiva?
 - 10- Como você percebe a mediação do professor para que aconteça o ensino inclusivo na educação infantil?

APÊNDICE C- ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

- 1- Quantos alunos frequentam a sala de aula observada?
- 2- Como eles lidam com o diferente?
- 3- De que forma a professor trabalha a inclusão?
- 4- Como são as práticas de ensino desse educador?
- 5- Como acontece o processo de avaliação de desenvolvimento do aluno?
- 6- O educador leva em condição a realidade sociocultural dos seus educandos?
- 7- Como o educador lida com as diferenças em sala de aula?
- 8- Como ocorrem as relações interpessoais entre professor e aluno?
- 9- Existem relações interpessoais entre alunos?
- 10- Outros fatores que chamaram atenção durante a observação

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Você está sendo convidado para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada como **INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E DA PRÁTICA DE EDUCADORAS EM UMA ESCOLA DE BONITO DE SANTA FÉ- PB** coordenada pela professora Nozângela Maria Rolim Dantas, vinculada a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Centro de Formação de Professores (CFP), Campus Cajazeiras – PB.

A sua participação é voluntária e a qualquer momento você poderá parar a sua participação, sem que isto lhe traga nenhum prejuízo. Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar como acontece o processo de inclusão escolar na Educação Infantil a partir da mediação do professor com os alunos da cidade de Bonito de Santa- Fé e possui seus objetivos específicos identificar como acontece o processo de inclusão na Educação Infantil e descrever a importância da mediação do professor na Educação Infantil relacionado à inclusão.

A sua participação é de extrema importância para compreender como acontece de fato esse processo na sala de aula e na escola como um todo. Essa pesquisa se torna necessária, por entendermos que a inclusão deve ser vivenciada na escola desde os primeiros anos de ingresso escolar dos alunos, sabendo que é na fase da Educação Infantil, que a criança tem o maior e o primeiro contato com pessoas diferentes das que elas convivem no ambiente familiar, ou até mesmo, no contexto social em que estão inseridas e que o professor e a escola precisam estar preparados para fazer com que essa criança aprenda a conviver com as diferenças, sem nenhum tipo de preconceito, tentando fazer com que elas internalizem em si e insiram todos no seu convívio social. Sabendo que esta não é uma tarefa fácil, mas, possível.

Todas as informações coletadas na pesquisa serão mantidas em sigilo e os seus dados pessoais não serão identificados em nenhum momento. Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Os dados coletados para pesquisa serão coletados através de uma entrevista semiestruturada relacionada ao tema da pesquisa. Os riscos

envolvidos com sua participação são: mesmo tomando todos os cuidados necessário para a realização da pesquisa, pode –se acontecer da mesma gerar alguns desconfortos com as perguntas que lhe serão feitas ou até mesmo, uma possível má interpretação dos dados na hora da coleta. Os benefícios da pesquisa serão contribuir para juntamente com a Universidade Pública para que possamos entender como acontece de fato o processo de inclusão na escola, podendo assim, contribuir com estudos e pesquisas posteriores referentes ao tema aqui abordado.

Todas as informações coletadas na pesquisa serão mantidas em sigilo e os seus dados pessoais não serão identificados em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário, conforme a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Como já afirmamos, a sua participação nessa pesquisa será de caráter voluntário, desse modo, não acarretará custos e nem compensação financeira, não está previsto nenhum dano resultante desta pesquisa, porém, se vir a acontecer, não existirá nenhuma indenização prevista. Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a Nozângela Maria Rolim Dantas, ou a Gabriela Cavalcanti Lucena, cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com os responsáveis pela pesquisa

Nome: Nozângela Maria Rolim Dantas

Instituição: UFCG

Endereço: Rua: Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Telefone: (83) 99362-5772

Email: nozangela@gmail.com

Nome: Gabriela Cavalcanti Lucena

Instituição: UFCG

Endereço: Rua: Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000

Telefone: (83) 99955-2518

Email: Gabriela.clucena@gmail.com

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cajazeiras, ___/___/___

Assinatura ou impressão datiloscópica do
voluntário ou responsável legal

Orientanda: Gabriela Cavalcanti Lucena

Orientadora: Nozângela Maria Rolim Dantas

APÊNDICE E - TERMO DE ANUÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
 CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
 UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
 CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, (NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO), CARGO E NOME COMPLETO DA INSTITUIÇÃO), autorizo o desenvolvimento da pesquisa intitulada:

—

_____,nesta instituição, que será realizada no período de ___/___/___ a ___/___/___, tendo como pesquisador(a) responsável(a) o(a) Prof(a). Dr(a)

_____ e orientando(a) _____.

LOCAL E DATA

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO
ASSINATURA E CARIMBO

APÊNDICE F- TERMO DE COMPROMISSO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Termo de Compromisso de divulgação dos resultados

Por este termo de responsabilidade, nós, abaixo – assinados, respectivamente, autor e orientando da pesquisa intitulada **INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E DA PRÁTICA DE EDUCADORAS EM UMA ESCOLA DE BONITO DE SANTA FÉ- PB** assumimos o compromisso de:

- Preservar a privacidade dos participantes da pesquisa cujos dados serão coletados;
- Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- Assegurar que os benefícios resultantes do projeto retornem aos participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão encaminhados para a publicação, com os devidos créditos aos autores.

Local e data

Orientadora: Nozângela Maria Rolim Dantas

Orientanda: Gabriela Cavalcanti Lucena